

6 — Requisitos de admissão — são admitidos ao concurso apenas os candidatos que reúnam os seguintes requisitos:

a) Gerais — os definidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Especiais — os referidos na alínea c) n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicáveis à Administração Local através do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro;

7 — Apresentação de candidaturas:

7.1 — Prazo — o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis, contados do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*;

7.2 — Formalização de candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara, entregues pessoalmente nos Serviços de Recursos Humanos, sitos no Edifício Nova Trofa (Pólo 2), ou remetidas através do correio, sob registo e com aviso de recepção, para Município da Trofa, Rua das Indústrias, n.º 393, 4785-624 TROFA, expedidas até ao termo do prazo fixado em 7.1, delas devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, profissão, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu, número fiscal de contribuinte e número de telefone);

b) Lugar a que se candidata, com identificação do mesmo, mediante referência ao número e data de publicação do respectivo aviso no *Diário da República*;

c) Declaração em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

d) Enumeração dos documentos exigidos no presente aviso, apresentados com o requerimento.

7.2.1 — Documentos exigidos — O requerimento de admissão deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

a) Declaração emitida pelo respectivo serviço comprovativa da categoria, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria, carreira e na Administração Pública, e especificação das tarefas inerentes ao posto de trabalho que ocupa;

b) Certificado de habilitações literárias;

c) Fotocópia do Bilhete de Identidade e Número de Contribuinte;

d) *Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado pelo candidato.

7.2.2 — Para além dos efeitos de exclusão ou de não provimento, a apresentação ou entrega de documento falso, implica a participação à autoridade competente para procedimento disciplinar e penal, conforme os casos.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

a) Avaliação curricular;

b) Entrevista profissional de selecção.

8.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos, na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional.

8.2 — A entrevista profissional de selecção visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

9 — Critérios/Sistema de classificação

9.1 — A classificação final dos candidatos será expressa numa escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética simples das classificações obtidas em cada uma das operações de avaliação, traduzidas na seguinte fórmula:

$$CF = \frac{AC + EPS}{2}$$

em que CF = Classificação final; AC = Avaliação curricular e EPS = Entrevista Profissional de selecção.

9.2 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas das reuniões do júri do concurso, que serão facultadas aos candidatos que as solicitem.

10 — A relação dos candidatos admitidos será afixada, para consulta, na Secção de Recursos Humanos.

11 — Os candidatos excluídos serão notificados de acordo com o estabelecido no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia da entrevista profissional de selecção, nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — A lista de classificação final será notificada aos candidatos nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — O Júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Eng.º António Rodrigues da Costa Pontes, Vice-Presidente da Câmara Municipal.

Vogais efectivos:

Dr.ª Manuela Amaral da Silva Espojeira, Chefe de Divisão, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr.ª Gilda Santos Correia Pinto, Chefe de Divisão.

Vogais suplentes:

Dr.ª Patrícia Alexandra da Costa Serra, Técnica Superior de 1.ª classe.

Dr. João Manuel Barros da Silva Rosas, Técnico Superior de 2.ª classe.

15 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Júri, *António Rodrigues da Costa Pontes*.

2611070630

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

Aviso (extracto) n.º 25065/2007

Para cumprimento do disposto da alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro e suas alterações, torna-se público que por meu despacho de 5 de Dezembro do corrente ano, nomeei para a categoria Assistente Administrativo Principal — 3 vagas, Anabela Cardoso Chaves Mauricio, Helena Márcia Tavares Rodrigues Almeida e Sérgio Miguel dos Santos Soares, precedente de concurso, os quais deverão aceitar a nomeação, no prazo de 20 dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do Visto do Tribunal de Contas).

5 de Novembro de 2007. — O Vereador, *Manuel Augusto de Bastos Carvalho*.

2611070813

CÂMARA MUNICIPAL DE VIEIRA DO MINHO

Aviso n.º 25066/2007

Para os devidos efeitos se torna público que em consequência de uma reclassificação profissional, nos termos do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 09 de Setembro, nomeei em 30 de Novembro de 2007, a Auxiliar de Acção Educativa Deolinda Augusta Gonçalves Rocha, na nova categoria de Assistente de Acção Educativa Nível 1, carreira de Acção Educativa, do grupo de pessoal Apoio Educativo, escalão 1, índice 199, tendo a mesma tomado posse em 30 de Novembro de 2007 e iniciado funções nesta nova categoria em 01 de Dezembro de 2007.

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Padre Albino José Silva Carneiro*.

2611070641

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA

Aviso (extracto) n.º 25067/2007

Torna-se público de que o Vereador dos Recursos Humanos, nomeou provisoriamente, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do D-L n.º 427/89, de 07.12, adaptado à Administração Local pelo D-L n.º 409/91, de 17.10, os seguintes candidatos:

José Manuel Ferreira Crispim, na categoria de Operário Semi-qualificado — Cantoneiro, por despacho de 07.11.21;

Hugo Miguel Roberto Farinha, na categoria de Técnico Profissional de 2ª Classe de Contabilidade, por despacho de 07.12.03;

Aquilino António Amaro, na categoria de Operário Qualificado — Pedreiro, por despacho de 07.12.03.

Os nomeados deverão tomar posse no prazo de 20 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto, nos termos do artigo 46º, n.º 1, conjugado com o artigo 114º, n.º 1 da lei 98/97, de 26.08).

5 de Dezembro de 2007. — A Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*, por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos.

2611070620

Aviso (extracto) n.º 25068/2007

O procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de Direcção Intermédia do 2º Grau — Coordenador do Gabinete de Gestão de Informação e Relações Públicas, equiparado a Chefe de Divisão, foi publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 137 e na Bolsa de Emprego Público, em 07.07.18 e no Jornal “Público”, em 07.07.20.

Na sequência do processo de selecção e de acordo com a acta do júri, a escolha efectuada nos termos do n.º 5 do artigo 21º da lei n.º 2/2004, de 15.01, com a redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30.08, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20.04, republicado pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 07.06, recaiu na candidata Filomena Maria Coelho Serrazina, pelo facto de satisfazer os requisitos definidos para o cargo e por possuir perfil adequado para o desempenho do mesmo.

Nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21º da lei n.º 2/2004, a candidata foi nomeada, por despacho da Sr.ª Presidente exarado em 07.10.12, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o exercício do cargo de Direcção Intermédia de 2º Grau — Coordenadora do Gabinete de Gestão de Informação e Relações Públicas (equiparado a Chefe de Divisão).

O presente despacho produz efeitos a 08.01.01.

Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

4 de Dezembro de 2007. — Por subdelegação de competências do Vereador dos Recursos Humanos, a Directora do Departamento de Administração Geral, *Maria Paula Cordeiro Ascensão*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Nome: Filomena Maria Coelho Serrazina

Naturalidade: S. Sebastião da Pedreira — Lisboa

Data de Nascimento: 28 de Fevereiro de 1972

Habilitações Académicas: Licenciatura em Filosofia; Pós-graduação em Políticas Sociais Locais.

Carreira Profissional:

93.01.04 — Ingresso no quadro da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, com a categoria de Terceiro Oficial Administrativo.

96.05.21 — Foi reclassificada na categoria de Técnica Auxiliar de 2ª classe da carreira Técnica Profissional de Informação.

99.05.14 — Nomeação, em Comissão de Serviço Extraordinária na categoria de Estagiária da carreira Técnica Superior de Filosofia.

00.07.17 — Nomeação definitiva na categoria de Técnica Superior de 2ª classe da carreira de Filosofia.

03.09.17 — Nomeação definitiva na categoria de Técnica Superior de 1ª classe da carreira de Filosofia.

2611070636

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE CERVEIRA

Aviso n.º 25069/2007

Nomeação

José Manuel Vaz Carpinteira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) n.º 2, artigo 68º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, torno público que por meu despacho datado de 15 de Outubro de 2007, nomeei, para a categoria de Técnico de 1ª Classe, Carlos Manuel Poço Pereira, aprovado no concurso interno limitado, aberto por aviso datado de 16 de Agosto de 2007 e afixado em 23 de Agosto de 2007.

O referido funcionário deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Isento de Visto do Tribunal de Contas.

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.

2611070821

Aviso n.º 25070/2007

Nomeação

José Manuel Vaz Carpinteira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) n.º 2, artigo 68º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, torno público que por meu despacho datado de 4 de Dezembro de 2007, nomeei, para a categoria de Técnico Superior de 1ª Classe — Veterinário, Ricardo Jorge Lobo Ribeiro, aprovado no concurso interno limitado, aberto por aviso datado de 6 de Novembro e afixado em 12 de Novembro de 2007.

O referido funcionário deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.

2611070810

Aviso n.º 25071/2007

Nomeação

José Manuel Vaz Carpinteira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) n.º 2, artigo 68º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, torno público que por meu despacho datado de 4 de Dezembro de 2007, nomeei, para a categoria de Técnico de informática Grau 1, nível 3, Frederico Jorge Rufino Rodrigues da Cunha, aprovado no concurso interno limitado, aberto por aviso datado de 6 de Novembro e afixado em 12 de Novembro de 2007.

O referido funcionário deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

Isento de Visto do Tribunal de Contas.

5 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Vaz Carpinteira*.

2611070811

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE GAIA

Aviso n.º 25072/2007

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 29 de Novembro de 2007, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote n.º 20 do loteamento titulado pelo alvará n.º 40/82, para o prédio localizado na Rua de S. Gonçalo, freguesia de Mafamude, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o número 02765/070191, requerido em nome de António Eduardo Lopes Ferreira, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9.00h às 16.30h.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares, deverão ser entregues no Serviço acima identificado.

29 de Novembro de 2007. — O Vereador, por subdelegação, *António Guedes Barbosa*.

2611070646

Aviso n.º 25073/2007

Para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 29 de Novembro de 2007, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote n.º 18 do loteamento titulado pelo alvará n.º 02/93, para o prédio localizado na travessa Aureliano Lima, freguesia de Mafamude, descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Nova de Gaia, sob o número 03300/030393, requerido em nome de Padaria Monte da Virgem, L.ª, que decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível para consulta, no Serviço de Atendimento da GAIURB, E. M., nos dias úteis, das 9.00h às 16.30h.